

**JUSTIFICATIVA do Artigo 3º, inciso I da Lei 10.520/02**

O Setor de Compras do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, solicita a promoção de processo licitatório para aquisição de tablets, visando atender as necessidades dos municípios consorciados ao CONIMS, na forma de Licitação Compartilhada, atendendo aos municípios solicitantes: Campo Erê/SC, Chopinzinho/PR, Clevelândia/PR, Coronel Domingos Soares/PR, Honório Serpa/PR, Irati/SC, São João/PR, Palmas/PR e Pato Branco/PR.

Considerando-se a Resolução 1070 SESA/PR, a qual estabelece: “... *Parágrafo Único O objeto desta Resolução a ser pleiteado pelos municípios deverá ser exclusivamente de tablets para os Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Paraná*”.

Considerando-se o processo licitatório nº 104/2022, pregão eletrônico 013/2022, o qual restou fracassado visto nenhum dos participantes ter oferecido um produto com as características solicitadas pela SESA;

Considerando-se os municípios de Santa Catarina que integram o CONIMS, aqueles que demonstraram interesse na aquisição do presente objeto, também farão parte desta licitação compartilhada;

Considerando-se que a licitação compartilhada possibilita a compra em conjunto de uma maior quantidade de equipamentos, o que atrai maior número de fornecedores aumentando a competitividade e reduzindo valores, resultando na economicidade em escala aos entes participantes;

Considerando-se o CONIMS como órgão gerenciador que possibilita o atendimento das necessidades dos municípios consorciados no que tange à área da saúde, deflagra-se novo certame licitatório para os fins acima especificados.

Como o valor unitário do item proposto pela SESA na Resolução 1070 e 1071 ficou abaixo dos valores de mercado, conforme pesquisa apensada a este processo, os municípios participantes farão a contrapartida, se for o caso.

**RECOMENDO AO SETOR DE LICITAÇÃO:**

1. A realização de processo licitatório por meio de PREGÃO ELETRÔNICO do objeto acima descrito.
2. Através de Edital, estabelecer às exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas contratuais, estabelecendo, ainda, prazos para o fornecimento.

Pato Branco/PR, 30 de maio de 2022.

**PAULO HORN**  
**PRESIDENTE**